



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEXTA CÂMARA

Processo nº. : 13603.001764/2001-64
Recurso nº. : 149.047
Matéria : ILL – Ex(s): 1990 a 1993
Recorrente : AÇOCON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Recorrida : 4ª TURMA/DRJ em BELO HORIZONTE - MG
Sessão de : 12 DE SETEMBRO DE 2007
Acórdão nº. : 106-16.467

DECADÊNCIA – REPETIÇÃO DO INDÉBITO – TERMO INICIAL DE ILL DECLARADO INCONSTITUCIONAL - O reconhecimento da não incidência de ILL de sociedade por quotas é atestada pela Instrução Normativa SRF nº. 63, publicada no DOU de 25/07/97. Sob esse prisma, não havendo transcorrido entre a data do ato da administração tributária, e a do pedido de restituição, interregno temporal superior a cinco anos, é de se considerar a não ocorrência da decadência do crédito envolvido na postulação.

Decadência afastada.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por AÇOCON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, AFASTAR a decadência do direito de pedir do recorrente e DETERMINAR a remessa dos autos à DRJ de origem para exame das demais questões, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Giovanni Christian Nunes Campos e Ana Maria Ribeiro dos Reis que negaram provimento ao recurso para reconhecer a decadência do direito de pedir do recorrente. Declarou-se impedido o Conselheiro Gonçalo Bonet Allage.

ANA MARIA RIBEIRO DOS REIS
PRESIDENTE

CESAR PIANTAVIGNA
RELATOR

FORMALIZADO EM: 05 MAI 2008

D



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 13603.001764/2001-64

Acórdão nº : 106-16.467

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros LUIZ ANTONIO DE PAULA, ISABEL APARECIDA STUANI (Suplente convocada), ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA e LUMY MIYANO MIZUKAWA. Ausente, justificadamente, a Conselheira ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "A. S. P.", is placed next to the list of participating commissioners.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 13603.001764/2001-64

Acórdão nº : 106-16.467

Recurso nº : 149.047

Recorrente : AÇOCON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos de requerimento de restituição, formulado em 22/11/2001, relacionado com indébito de ILL (fls. 01/04) concernente ao período de abril de 1990 a maio de 1993.

No bojo do pedido de restituição a Recorrente (fl. 01) salientou que o Poder Judiciário já decidira pela constitucionalidade do mencionado tributo e que a Receita Federal editou Instrução Normativa a qual vedava a constituição de créditos pela Fazenda Nacional relativamente ao ILL. Aduziu, ainda, que não pleiteou judicialmente a repetição do indébito relativo aos valores pagos a título de ILL.

Despacho decisório (fls. 23/25), na linha do parecer expedido sobre a matéria, indeferiu a restituição ofertada, salientando que a Recorrente havia, por força do que determina os artigos 156, 165 e 168 do CTN, decaído do direito de pleitear os créditos cogitados pelo contribuinte.

Impugnação, juntada às fls. 30/32, sustentou que a empresa é detentora do crédito cuja satisfação é reclamada neste feito, pois, de acordo com o entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal, não estava expresso em seu contrato social a automática disponibilidade do lucro por parte dos seus sócios. Aduziu, ainda, que a pronúncia de decadência figurava descabida, haja vista o entendimento do Conselho de Contribuintes no sentido de reconhecer que a fruição do prazo hábil a tanto somente se iniciou com a publicação da Instrução Normativa SRF n. 63, de 25/07/97.

Decisão de piso (34/37) indeferiu o requerimento de restituição sob o argumento de que a recorrente confundiu os institutos da constituição do crédito tributário com o instituto da restituição. Afirmou ainda que, por força do Ato Declaratório n. 96, de 1999, o prazo para o contribuinte pleitear a restituição de tributos declarados constitucionais pelo STF é contado dos pagamentos indevidos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 13603.001764/2001-64

Acórdão nº : 106-16.467

Recurso voluntário (fl. 43/46) basicamente renovou a argumentação expendida na impugnação apresentada nos autos, no que se refere à incidência decadencial.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "SANTOS".



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 13603.001764/2001-64
Acórdão nº : 106-16.467

V O T O

Conselheiro CESAR PIANTAVIGNA, Relator

O Conselho de Contribuintes já firmou entendimento de que o termo inicial do prazo decadencial do crédito proveniente de indébito de ILL, tratando-se de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, é a publicação da IN SRF n. 63, de 25.07.97:

ILL. DECADÊNCIA. SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. TERMO INICIAL. O termo de início do prazo para contagem do prazo decadencial de restituição do ILL, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada, é a data da publicação da Instrução Normativa SRF nº 63, de 24/7/1997.

Decadência afastada. (Acórdão 106-15831 de 21/09/2006, Sueli Efigênia Mendes de Britto)

ILL - DECADÊNCIA - SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - TERMO INICIAL - No caso de sociedades anônimas, o prazo inicial para contagem do prazo decadencial de restituição do ILL deve ser a data da publicação da Instrução Normativa nº 63, de 24.07.1997, da Secretaria da Receita Federal.

Decadência afastada. (Acórdão 106-14871 de 11/08/2005, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti)

ILL - PAGAMENTO INDEVIDO - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO - DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO DECADENCIAL - Nos casos de reconhecimento da não incidência de tributo, a contagem do prazo decadencial do direito à restituição ou compensação tem início na data da publicação do Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal em ADIN; na data de publicação da Resolução do Senado que confere efeito erga omnes à decisão proferida inter partes em processo que reconhece inconstitucionalidade de tributo; ou na data de ato da administração tributária que reconheça a não incidência do tributo. Permitida, nesta hipótese, a restituição ou compensação de valores recolhidos indevidamente em qualquer exercício pretérito. Tratando-se do ILL de sociedade por quotas, não alcançada pela Resolução nº. 82/96, do Senado Federal, o reconhecimento deu-se com a edição da Instrução Normativa SRF nº. 63, publicada no DOU de 25/07/97. Assim, não tendo transcorrido entre a data do ato da administração tributária e a do pedido de restituição, lapso de tempo



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEXTA CÂMARA

Processo nº : 13603.001764/2001-64

Acórdão nº : 106-16.467

superior a cinco anos, é de se considerar que não ocorreu a decadência do direito de o contribuinte pleitear restituição ou compensação de tributo pago indevidamente ou a maior que o devido.

Recurso provido. (Acórdão 104-21577, 24/05/2006, Nelson Mallmann)

ILL - SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS - DECADÊNCIA - O marco inicial do prazo decadencial de cinco anos para os pedidos de restituição do imposto de renda retido na fonte sobre o lucro líquido, pago por sociedades por quotas de responsabilidade limitada, se dá em 25.07.1997, data de publicação da Instrução Normativa SRF nº 63.

Decadência afastada. (Acórdão 106-14156, 13/08/2004, Gonçalo Bonet Allage)

ILL - DECADÊNCIA - SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - TERMO INICIAL - No caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada, o prazo inicial para contagem do prazo decadencial de restituição do ILL deve ser a data da publicação da Instrução Normativa nº 63, de 24.07.1997, da Secretaria da Receita Federal.

ILL - RESTITUIÇÃO - LEGITIMIDADE - Comprovado que o pagamento do tributo se deu em nome da empresa, o que denota ter esta arcado com o ônus do seu recolhimento, e que incidiu sobre o lucro líquido apurado.

Decadência afastada. (Acórdão 106-15758, 16/08/2006, Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti)

Ora, tendo em vista que o pedido de restituição sob exame (fls. 01/04) foi protocolado no dia 22/11/2001, não há que se cogitar de decadência do crédito proveniente do indébito de ILL ventilado nesses autos, pois o período quinquenal não havia findado. Isso de acordo com a diretriz estipulada pela jurisprudência deste Conselho de Contribuintes.

Ante ao exposto, afasto a decadência pronunciada nesses autos, e voto no sentido de determinar que o feito em tela retorne à instância de piso para que esta proceda ao exame do mérito (direto) da pretensão da contribuinte.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 2007.

CESAR PIANTAVIGNA